

**Racismo e suas implicações nos povos indígenas de Roraima.
Percepções de estudantes do IFRR nos campi Amajari e Boa Vista Zona
Oeste**

Marcos Antonio de Oliveira¹

Ester Cardoso Dionizio²

Introdução

De acordo com dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 817.963 indígenas existentes no Brasil, 315.180 residem em áreas urbanas (OLIVEIRA, N., 2014, p. 236). As chances de que muitos deles não frequentem escolas indígenas são muito altas, o que caracterizaria um percentual importante de integrantes de povos originários em constante convivência com a sociedade envolvente. O Brasil, lembra Melo (2018, p. 16), é o terceiro país na América Latina em populações indígenas vivendo em áreas urbanas, ficando atrás apenas do Chile e da Bolívia.

Há, em Roraima, 32 (trinta e duas) terras indígenas, divididas entre terras contínuas (Yanomami, São Marcos e Raposa Serra do Sol) e terras em blocos ou ilhas (Ponta Serra, Araçá, Barata/Livramento e Mangueira), sendo 6 (seis) de predominância Wapichana, 5 (cinco) Macuxi e outras 17 (dezesete) mistas entre Macuxi, Wapichana e Taurepang. (PERES, 2013, p. 17).

A presença indígena em Boa Vista, capital do estado, é muito grande, e os dados são imprecisos. Os da prefeitura apontam, por exemplo, 31 mil indígenas aproximadamente, mas não especificam as etnias (PERES, 2013, p. 19).

Gersem Baniwa Luciano (2019, p. 19) aponta os aspectos negativos e positivos do que chama de “êxodo indígena”. Classifica esse movimento para as áreas urbanas como um problema pois ocasiona o esvaziamento das aldeias, tornando principalmente os serviços de saúde e educação mais caros por habitante. Além disso, o deslocamento submete os jovens e as famílias – o autor centraliza seus comentários em Manaus – a “todo tipo de exclusão, marginalização, preconceito, discriminação e racismo”. No entanto, destaca outras consequências, como o fortalecimento das organizações indígenas ali e uma qualificação maior na formação desses líderes, que acabam se destacando nos espaços urbanos.

Melo (2018, p. 27) acompanhou as trajetórias dos indígenas e suas organizações em Boa Vista, onde tentavam fazer valer seus direitos constitucionais frente aos racismos institucionais. Anastácio, liderança da organização Kuaikrî, que apoia

¹ Professor EBTT de História do Campus Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Roraima com doutorado em educação pela Universidade de São Paulo

² Estudante do curso de Gestão Pública do Instituto Federal de Roraima no Campus Boa Vista Zona Oeste.

indígenas em Boa Vista, afirmava em entrevista: “Se o índio não fala nada, não fala quem ele é, ele vai ficar bem. Se ele diz, ele vai ter discriminação”. Sendo assim, muitas vezes a estratégia de ocultar ou passar despercebido em sua identidade étnica se traduz como forma de resistir e sobreviver em um ambiente hostil, e não de negar sua identidade.

A presença de indígenas fora das aldeias, vivendo em contextos urbanos, tem gerado tensões, pois os jovens são os que mais desejam sair das comunidades e, aproveitando as políticas de permanência e ações afirmativas, são os que ingressam em cursos técnicos e superiores.

Melo (2018) destaca os desafios desses/as jovens em contexto urbano, levando em conta as dificuldades que sofrem por terem constantemente seus pertencimentos étnicos questionados, ora pelas instituições públicas, ora pelos próprios indígenas que vivem nas comunidades.

Com o advento das políticas de ações afirmativas, houve um acesso maior à Universidade Federal de Roraima (UFRR) e às demais Instituições de Ensino Superior (IES), entre elas se destaca o Instituto Federal de Roraima (IFRR) que possui um grande número de estudantes indígenas, tanto em seus campi do interior (Amajari e Novo Paraíso) como os que estão em Boa Vista (CBV e CBVZO). Contudo, não possuímos um censo desses/as estudantes e muito menos suas identidades étnicas, o que poderia nos ajudar a melhorar a permanência e o êxito desses jovens indígenas em nossos campi.

Assim sendo, esta pesquisa teve como objetivo investigar a existência do racismo contra os povos indígenas no estado de Roraima tanto no contexto institucional quanto na sociedade roraimense a partir das percepções dos/as estudantes participantes da proposta. Nossa pergunta norteadora para essa pesquisa foi a seguinte questão: Os povos indígenas e, especialmente os estudantes dos campi Amajari e CBVZO do IFRR, sofrem racismo? Nossa hipótese para essa questão é que existem práticas racistas contra os indígenas em Roraima e que os estudantes indígenas do IFRR também são vítimas deste crime. É considerado crime de racismo quando o agressor, publicamente, discrimina e agride todo o grupo do qual a vítima faz parte (Inciso XLII do Artigo 5º da Constituição Federal e Art. 20 da Lei 7716/89), pode ocorrer em espaços públicos, na mídia ou em redes sociais, por exemplo. Seus efeitos e modos de propagação não podem ser mensurados, uma vez que têm o potencial de incitar à discriminação, à hostilidade e à violência.

Para tanto, pesquisamos com questionários semiestruturados no CBVZO, a quantidade de estudantes indígenas e suas etnias. E, também se já sofreram ou sofrem algum tipo de racismo na instituição ou em outros espaços sociais que frequentam. A partir dessa pesquisa contabilizamos os casos de racismo associados com a bibliografia disponível sobre o tema.

Essa pesquisa foi desenvolvida durante os 10 (dez) de 2022.

Tendo um período de leitura bibliográfica da bolsista, da pesquisa quantitativa realizada por questionários no campus e concluindo com a apresentação dos dados e resultados da pesquisa no Forint (Fórum de Integração de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do IFRR).

O resultado desta pesquisa foi uma reflexão sobre esse problema gravíssimo que afeta nossos/as estudantes e criação de uma cartilha antirracista(virtual e física) em conjunto com formas de identificação de casos de racismo na instituição e fora dela estimulando espaços para denúncias nas ouvidorias dos campi.

Material e Métodos

Para responder nossa pergunta norteadora utilizamos a escassa bibliografia disponível sobre o tema e realizamos uma pesquisa com os estudantes dos campus Boa Vista Zona Oeste de forma quantitativa por meio de questionários que foram aplicados aos estudantes pela equipe proponente conforme autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) Nesses questionários onde os/as estudantes não precisaram se identificar, perguntamos sobre sua identidade étnica e se haviam sofrido ou presenciou algum comportamento racista contra pessoas indígenas. Esses questionários foram aplicados mediante a assinatura do termo de livre consentimento assinado pelos estudantes com idade superior a 18 anos e pelos pais ou responsáveis dos menores de 18 anos. Realizamos a computação desses dados e os disponibilizamos nas redes sociais do projeto

Resultados e Discussão

Acreditamos que a execução deste projeto abriu uma discussão acerca de um tema muito sensível e delicado na sociedade roraimense. Entretanto, diante dos inúmeros ataques às populações indígenas e das falas preconceituosas disparadas constantemente por representantes do atual governo estadual, faz-se extremamente necessário debater as temáticas relacionadas ao racismo e antirracismo no âmbito institucional e para além desta esfera em outras oportunidades além da permitida por essa pesquisa. Os/as estudantes indígenas necessitam ter seu convívio na instituição facilitado e ampliado por serem uma presença constante e paulatinamente mais numerosa. Assim sendo, a discussão deste tema por si só já é um resultado muito importante para a instituição.

Conclusão ou Considerações Finais

A sociedade roraimense, em grande parte, ignora a realidade dos povos indígenas e, para compreendê-los como parceiros e não como inimigos do estado, necessita de conhecimento e da divulgação de informações e dados científicos e não pautados pelo senso comum. Nessa perspectiva, Carneiro Cunha (2007) assinala que “a posição dos índios no Brasil de hoje e de amanhã desenhar-se-á na confluência de várias opções estratégicas, tanto do Estado brasileiro e da comunidade internacional quanto das diferentes etnias. Trata-se de parceria”. Nesse sentido, a escola pode ser um instrumento fundamental para o entendimento dessa situação e a desconstrução de estereótipos. No caso do IFRR, possibilita-se a convivência e estimula-se um ambiente de interação cultural entre indígenas e não indígenas. Em Roraima, a luta para garantir direitos constitucionais tem associação com a busca por uma escolarização indígena diversificada, diferenciada e multilíngue (LIMA, 2017, p. 62-63). Assim sendo, compreendemos que a resistência e a luta antirracista deve continuar no chão da escola e na permanência de uma proposta pedagógica que valorize as populações indígenas que frequentam nossa instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. Revista Espaço Acadêmico – número 168 – maio de 2015, pp. 42-54.

ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018

ANDRADE, J. A. A. D. Indigenização da cidade: etnografia dos circuitos Sateré-Mawé em Manaus-AM e arredores. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 152 f.

BITTENCOURT, C. O ensino de história para populações indígenas. Em Aberto. Brasília, n.63, pp.105-116, jul.- set. 1994.

BRASIL / COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 76 p. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CUNHA, M.C. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saberes científicos”. Revista Fundarte, 2007, V.75.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008

GANDRA, Edgar Ávila, NOBRE, Felipe Nunes. A temática indígena no ensino de História do Brasil: uma análise da coleção didática Projeto Araribá (2008-2013). Revista do LHIISTE – número 1 – V. 1 – julho-dezembro de 2014.

GRUPIONI, L.D. (1994). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus / Lopes da Silva, A. & Grupioni, L. (org.) — Brasília, MEC/MARI/UNESCO, pp. 481-526.

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia . 2.Ed. São Paulo: Editora 34, 2012 MOTA, L., RODRIGUES, I. A questão indígena no livro didático "Toda a História". Hist. Ensino, Londrina, v. 5, pp. 41-59, out. 1999.

NETO, A. S.; LOURENÇO, E. Direitos humanos e cultura escolar. In: SIQUEIRA, A.S. Direitos humanos e cultura escolar. São Paulo: Alameda. p. 15-40, 2017. LIMA, J. A. Políticas públicas no campo da educação indígena no estado de Roraima. Boa Vista: EditoraUFRR, 2017.

LUCIANO, G. J. dos S. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula / Laced, 2019. 296 p.

MOREIRA, V. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, pp. 53-72 - 2010

MELO, L. M. Povos indígenas na cidade de Boa Vista: estratégias identitárias e demandas políticas em contexto urbano. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. 220 p.

OLIVEIRA, M.A. Indígenas e o ensino médio em Roraima. Demandas de estudantes Macuxi. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, N. A. de. Ser xavante, morar e estudar na cidade: os Xavante em Nova Xavantina/MT. Patrimônio e Memória, Unesp, v. 10, n. 2, p. 235-253, jul.-dez. 2014.

PERES, L. Cantos e danças indígenas: a ressignificação do conhecimento tradicional da comunidade Boca da Mata no processo das transformações contemporâneas. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. 129 f.

POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. Lorena: DM Projetos Especiais. 2018 Código Verificador: Código de Autenticação: RELATÓRIO – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020 Conselho Indigenista Missionário – Cimi

REPETTO, M. Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima . Boa Vista: Editora da UFRR, 2008b. 193 p.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai.-ago., 2005.

SILVA, Vitor Ferreira. O livro didático e as sociedades indígenas. Textos e debates. Boa Vista, n.32, pp. 125-134, jan./jun. 2019.